



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
MUNICÍPIO DE IMIGRANTE

TERMO DE REFERÊNCIA

Caracterização do(s) objeto(s) que se pretenda(m) contratar

1 DEFINIÇÃO DO OBJETO

Natureza(s) do(s) Objeto(s)			
<input type="checkbox"/> Aquisição de Bens	<input checked="" type="checkbox"/> Obra(s) de Engenharia	<input type="checkbox"/> Locação de Bens	<input type="checkbox"/> Concessão de Bens
<input type="checkbox"/> Prestação de Serviços	<input type="checkbox"/> Prestação de Serviços de Engenharia	<input type="checkbox"/> Alienação de Bens	<input type="checkbox"/> Permissão de Bens
<input type="checkbox"/> Prestação de Serviços com Regime de Dedicção Exclusiva de Mão de Obra		<input type="checkbox"/> Fornecimento e prestação de serviço associados	

Tipo(s) de Objeto(s)			
<input type="checkbox"/> Bem(ns) Comum(ns)	<input type="checkbox"/> Bem(ns) Especiais	<input type="checkbox"/> Serviço(s) Comum(ns)	<input type="checkbox"/> Serviço(s) Especial(is)
<input checked="" type="checkbox"/> Obra(s) Comum(ns) de Engenharia		<input type="checkbox"/> Obra(s) Especial(is) de Engenharia	
<input type="checkbox"/> Serviço(s) Comum(ns) de Engenharia		<input type="checkbox"/> Serviço(s) Especial(is) de Engenharia	

Catálogo Eletrônico de Padronização		
<input type="checkbox"/> Não se aplica	<input type="checkbox"/> Sim, cfe. disponível no catálogo eletrônico de padronização	<input checked="" type="checkbox"/> Não identificado(s) e/ou localizado(s) no catálogo
<input type="checkbox"/> Descrever o motivo da não utilização do catálogo eletrônico de padronização, cfe. §2º do Art. 19 da Lei 14.133/21: Não localizado item semelhante no catálogo.		

Nº	Descrição do Item	Qtd.	Un	Preço Total
1	Pavimentação Asfáltica da Estrada Geral de Imigrante para Coronel Pilar – RECURSO Governo do Estado, através da Secretaria de Desenvolvimento Urbano e Metropolitano – SEDUR, conveniado através do Programa Pavimenta II, Termo de Convênio FPE nº 2023/5146	1	un	R\$ 1.653.680,62

Condições de Entrega(s)	
Prazo de Entrega:	120 (cento e vinte) dias a contar da autorização de compra e/ou ordem de execução de serviço, nota de empenho de despesa, ou emissão de outro instrumento hábil equivalente.
Horário(s) de entrega(s):	De segunda a sexta-feira, das 7h30 às 11h30 e das 13h às 17h, podendo executar em finais de semana e feriados.
Local de entrega:	Localização da obra – Estrada Geral de Imigrante para Coronel Pilar - Imigrante/RS

Regras para Recebimento Provisório e/ou Definitivo
Quando do recebimento provisório e/ou definitivo, o(s) fisca(is) do contrato deverão verificar se a quantidade, qualidade e pontualidade da entrega estão em consonância com a autorização de compra e/ou ordem de execução de serviço, nota de empenho de despesa, ou emissão de outro instrumento hábil equivalente.

Garantia, Manutenção e Assistência Técnica		
<input type="checkbox"/> Não se aplica	<input type="checkbox"/> 90 dias, cfe. art. 26 da Lei 8.078/1990 (CDC)	<input checked="" type="checkbox"/> Outro (especificar abaixo): a garantia do objeto licitado será de 05 (cinco) anos.
a) O prazo de garantia é contado a partir do recebimento provisório, no caso de defeitos e/ou vício(s) de produto(s) e/ou serviço(s). b) Se, durante o prazo de garantia, os produtos e/ou serviços, apresentarem defeitos e/ou vícios, o fornecedor deverá substituí-los ou refazê-los no prazo de até 30 dias , a partir da comunicação por escrito. c) Tratando-se de vício oculto, o prazo decadencial inicia-se no momento em que ficar evidenciado o vício. d) Quando a manutenção e/ou assistência técnica não puder ser realizada nas dependências do Município, os custos de transporte (envio e retorno) serão de responsabilidade do fornecedor.		

2 PRAZO CONTRATUAL PREVISTO

<input type="checkbox"/> Não se aplica.	<input type="checkbox"/> Até 2 anos, por se tratar de SRP, comprovado o preço vantajoso, cfe. art. 84 da Lei 14.133/21
<input checked="" type="checkbox"/> Até a conclusão de escopo predefinido, automaticamente prorrogado quando o objeto não for concluído no período firmado no contrato, cfe. art. 111 da Lei 14.133/21 (identificar período de vigência previsto ao lado)	Período vigência previsto: 4 meses
<input type="checkbox"/> Até 5 anos, cfe. art. 106 da Lei 14.133/21	<input type="checkbox"/> Até 10 anos, cfe. art. 107 da Lei 14.133/21
<input type="checkbox"/> Até 10 anos, cfe. inciso I do art. 110 da Lei 14.133/21	<input type="checkbox"/> Até 35 anos, cfe. inciso I do art. 110 da Lei 14.133/21
Obs.: Quando o prazo for superior a 1 ano, poderá ser renovado, à critério das partes, por iguais e sucessivos períodos no limite da lei, desde que haja previsão em edital e que sejam atestadas pelo gestor do contato que as condições e os preços permanecem vantajosos para a Administração.	

3 ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

Valor total Estimado: R\$ 1.653.680,62 (um milhão, seiscentos e cinquenta e três mil, seiscentos e oitenta reais e sessenta e dois centavos)

4 ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

<input checked="" type="checkbox"/> Cfe. evidenciado em documento complementar disponível no processo.	<input type="checkbox"/> Não se aplica, pois se trata de SRP.
--	---



5 FUNDAMENTAÇÃO DA CONTRATAÇÃO

Estudo Técnico Preliminar - ETP		
(x) Cfe. disponível no processo	() <u>Dispensado</u> (Dec. Munic. 2.130/23, art. 45)	() <u>Facultado</u> (Dec. Munic. 2.130/23, art. 46)

Fundamento(s) de Fato e de Direito	
Normas aplicáveis:	Lei Federal nº 14.133/2021; Termo de Convênio FPE nº 5146/2023; Decreto Municipal nº 2.130/2023
<p>A pavimentação asfáltica da Estrada Geral de Imigrante para Coronel Pilar é uma demanda histórica da população local e uma necessidade urgente para a melhoria das condições de tráfego, segurança e acessibilidade na região. Atualmente, a via apresenta condições precárias, que comprometem a mobilidade e geram diversos problemas para os moradores e para o transporte de bens e serviços. Durante períodos de chuva, a estrada se torna intransitável, o que afeta diretamente a qualidade de vida da população e a economia local, prejudicando o transporte de mercadorias e serviços essenciais.</p> <p>A pavimentação asfáltica é, portanto, uma solução essencial para garantir: A melhoria da infraestrutura da estrada, por meio do asfaltamento, reduzindo o risco de acidentes e tornando a via mais segura para motoristas, ciclistas e pedestres; A facilitação do tráfego de veículos de passeio, transporte escolar, ambulâncias, além de viabilizar o transporte de produtos agrícolas e comerciais, fomentando o desenvolvimento econômico regional; e diminuição da necessidade de reparos frequentes, contribuindo para a durabilidade da via e a redução de custos operacionais para os usuários;</p> <p>Com a adesão ao Programa Pavimenta II e a celebração do Termo de Convênio FPE nº 2023/5146, o Governo do Estado, por meio da Secretaria de Desenvolvimento Urbano e Metropolitano (SEDUR), garante a efetiva melhoria da infraestrutura viária da região, com benefícios diretos à população.</p> <p>A contratação em questão, do ponto de vista jurídico e do aspecto do interesse público, se baseia nos princípios da Administração abaixo citados:</p> <p>Princípio da Legalidade: Todos os atos administrativos, incluindo a contratação de obras, devem obedecer à legislação vigente, que regula as licitações e contratações públicas.</p> <p>Princípio da Impessoalidade: A contratação deverá ser conduzida de maneira transparente, sem favorecimento ou discriminação, assegurando o atendimento ao interesse público.</p> <p>Princípio da Moralidade: A administração pública deverá atuar com ética, transparência e respeito aos recursos públicos.</p> <p>Princípio da Eficiência: A execução da pavimentação deverá ser realizada de forma eficiente, no menor tempo possível e com o máximo de qualidade.</p>	

6 DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERANDO O(S) CICLO(S) DE VIDA DO(S) OBJETO(S)

<p>A solução proposta para a pavimentação asfáltica da Estrada Geral de Imigrante para Coronel Pilar visa resolver os problemas de trafegabilidade e segurança viária da região, garantindo melhorias significativas para a infraestrutura local. A execução das obras será realizada por meio da contratação de uma empresa especializada, com a qual se pretende assegurar a qualidade técnica, a eficiência e o cumprimento das exigências legais para a pavimentação.</p> <p>O projeto será viabilizado com recursos oriundos do Governo do Estado, por intermédio da Secretaria de Desenvolvimento Urbano e Metropolitano (SEDUR), com a devida formalização do Termo de Convênio FPE nº 2023/5146 no âmbito do Programa Pavimenta II. Esse convênio tem como objetivo garantir o financiamento e a execução da obra, estabelecendo os parâmetros técnicos, cronogramas e responsabilidades envolvidas no processo.</p> <p>A pavimentação asfáltica trará uma série de benefícios diretos para a população local e para a região como um todo, como já citado anteriormente no item 1 deste Estudo Técnico Preliminar.</p> <p>A contratação da empresa para a execução da pavimentação asfáltica será conduzida de acordo com os trâmites legais, incluindo licitação pública e análise criteriosa das propostas apresentadas, visando garantir a melhor proposta técnica e financeira para o município. Em síntese, a solução apresentada para a pavimentação da Estrada Geral de Imigrante para Coronel Pilar representará um avanço significativo na infraestrutura viária da região, promovendo segurança, desenvolvimento econômico e qualidade de vida para a população, com o suporte de recursos públicos estaduais e a devida execução de uma empresa qualificada.</p>
--

7 REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO (ESPECIFICAÇÃO DO ITEM)

<p>O contratado deverá:</p> <ul style="list-style-type: none">▪ Possuir ramo de atividade compatível com o objeto;▪ Possuir responsável técnico, registrado no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Rio Grande do Sul (CREA/RS) ou Conselho de Arquitetura e Urbanismo (CAU/RS);▪ Comprovante de registro vigente da empresa no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia (CREA) ou Conselho de Arquitetura e Urbanismo (CAU);▪ Apresentar as certidões negativas exigidas na Lei 14.133/21;▪ A contratada juntamente com o Responsável Técnico, deverá emitir Anotação de Responsabilidade Técnica (ART) ou Registro de Responsabilidade Técnica (RRT) de execução da obra.▪ A contratada deverá emitir a Certidão Negativa de Obra (CNO).▪ Comprovação de Capacidade Técnico-Operacional, mediante apresentação de, no mínimo 1 (um) atestado fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado, para comprovação de que a empresa licitante executou serviços de complexidade equivalente ou compatível ao objeto dessa licitação, com no mínimo 50% do item de maior relevância, compreendendo 3.315,00 m² - pavimentação asfáltica – CBUQ;▪ Comprovação de Capacidade Técnico-Profissional, mediante apresentação de, no mínimo, 1 (um) atestado fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado, visado pela entidade profissional competente, acompanhado da Certidão de Acervo Técnico (CAT) da mesma entidade de origem da ART – Anotação de Responsabilidade Técnica ou RRT – Registro de Responsabilidade Técnica para comprovação de que o seu Responsável Técnico executou serviços de complexidade equivalente ou compatível ao objeto dessa licitação;



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
MUNICÍPIO DE IMIGRANTE

- Comprovante de vínculo do responsável técnico com a empresa, podendo esta ser realizada da seguinte forma: Em se tratando de sócio da empresa, por intermédio da apresentação do contrato social; no caso de empregado, mediante cópia da Carteira de Trabalho e Previdência Social (CTPS); ou mediante certidão emitida pelo CREA, onde conste a inscrição deste profissional como responsável técnico da empresa licitante, ou mediante contrato de prestação de serviços;
- Possuir registro vigente da empresa no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Rio Grande do Sul (CREA/RS)
- Atestado de visita técnica, a ser realizada pelo Responsável Técnico da Empresa;
- Licença de Operação (LO) vigente da usina de asfalto à quente e da instalação da britagem. No caso em que qualquer das instalações de britagem e usina de asfalto não for de propriedade do licitante, deverá ser apresentada declaração de disponibilidade do proprietário para atendimento do objeto licitado, com firma reconhecida em Cartório, cumpridas as determinações deste subitem.
- Comprovação de capital mínimo ou patrimônio líquido mínimo a 10% (dez por cento) do valor estimado da contratação, desta forma, perfaz-se o valor de comprovação sendo de R\$ 165.368,062;
- Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica, em prazo não superior a 30 (trinta) dias da data designada para a apresentação do documento.

8 INDICAÇÃO(ÕES) DE MARCA(S) E NECESSIDADE DE AMOSTRA E/OU TESTE DE CONFORMIDADE

<input type="checkbox"/> () Não se aplica	<input type="checkbox"/> () Proc. Adm. de Pré-Qualificação: XX.XXX/XXXX	<input type="checkbox"/> () Proc. Adm. de Vedação de Marca: XX.XXX/XXXX
<input type="checkbox"/> () Sim (Justificar itens e escolhas das marcas abaixo):		

9 EXECUÇÃO DO OBJETO

<input type="checkbox"/> () Não se aplica	<input type="checkbox"/> () Bem de pronta-entrega	<input type="checkbox"/> () Fornecimento e prestação de serviço associado
<input type="checkbox"/> () Contratação por tarefa	<input type="checkbox"/> () Contratação integrada	<input type="checkbox"/> () Contratação semi-integrada
<input type="checkbox"/> () Empreitada por preço unitário	<input checked="" type="checkbox"/> (x) Empreitada por preço global	<input type="checkbox"/> () Empreitada integral
<input type="checkbox"/> () Outro (Especificar abaixo):		

10 GESTÃO E FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO

<input type="checkbox"/> () Não se aplica.	<input type="checkbox"/> (x) Cfe. descrito abaixo:
a) O Município exercerá ampla e irrestrita fiscalização na execução objeto contratado, a qualquer hora, por meio do(s) gestor(es) e/ou fiscal(is) indicados.	
b) Todas as comunicações realizadas entre os gestores e/ou fiscais de contrato(s) e o(s) preposto(s) da(s) empresa(s) contratada(s) e/ou detentor da proposta mais vantajosa em ata de registro de preços serão consideradas como regularmente feitas se enviadas por e-mail (preferencialmente), disponibilizada por meio de aplicativos de mensagem eletrônica (Whatsapp®, Telegram®, Signal®, entre outros), entregues pessoalmente, ou ainda, mediante correspondência registrada.	
c) A fiscalização anotar-se-á em registro próprio, todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, determinando o que for necessário à regularização dos descumprimentos observados.	
d) A fiscalização exercida não exclui nem reduz a responsabilidade da(s) empresa(s) contratada(s) e/ou detentor da proposta mais vantajosa em ata de registro de preços, inclusive perante terceiros, por quaisquer irregularidades verificadas durante a execução deste contrato.	
Obs.: As definições quanto as atividades de gestão e fiscalização de contrato, bem como de fiscalização técnica, fiscalização administrativa e fiscalização setorial estão previstas nos incisos V à IX do art. 2º do Decreto Municipal 2.130/23. Já as atribuições de gestor(es) e/ou fiscal(is) de contrato(s) estão dispostas nos arts. 20 à 26 do Decreto Municipal 2.130/23.	

Designação do(s) Gestor(es) e/ou Fiscal(is) de Contrato(s)

<input type="checkbox"/> (x) Cfe. disponível no processo, visto que o(s) gestor(es) e/ou fiscais de contrato(s) estão identificados no termo de designação específico.
--

11 CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO

<input type="checkbox"/> () Não se aplica
<input type="checkbox"/> () Em caso de fornecimento de bens e/ou prestação de serviços , atestado o recebimento provisório do objeto pelo(s) fiscal(is), o pagamento se dará em até 10 dias úteis da entrega da nota fiscal e/ou de documentos complementares ao setor contábil
<input checked="" type="checkbox"/> (x) Em caso de Obras e Serviços de Engenharia , cfe. cronograma físico-financeiro disponível no processo
<input type="checkbox"/> () Outro (Especificar abaixo):

12 FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

Aquele que apresentar a proposta que atenda aos requisitos e informações constantes na fase preparatória e, desde que ao final, considerando o critério informado abaixo, seja considerada a proposta apta a gerar o resultado de contratação mais vantajoso para a Administração Pública.		
<input checked="" type="checkbox"/> (x) Menor preço	<input type="checkbox"/> () Maior desconto	<input type="checkbox"/> () Técnica e Preço
<input type="checkbox"/> () Melhor Técnica	<input type="checkbox"/> () Melhor Conteúdo Artístico	<input type="checkbox"/> () Maior Retorno Econômico

Exigência(s) de Qualificação(ões) Técnica(s) do(s) Fornecedor(es) e/ou Objeto(s)

<input type="checkbox"/> () Não se aplica	<input checked="" type="checkbox"/> (x) Sim, cfe. detalhado abaixo
<ul style="list-style-type: none">- Comprovação de Capacidade Técnico-Operacional, mediante apresentação de, no mínimo 1 (um) atestado fornecido por pessoa jurídica direito público ou privado, para comprovação de que a empresa licitante executou serviços de complexidade equivalente ou compatível ao objeto dessa licitação, com no mínimo 50% do item de maior relevância, compreendendo 3.315,00 m² - pavimentação asfáltica – CBUQ;- Comprovação de Capacidade Técnico-Profissional, mediante apresentação de, no mínimo, 1 (um) atestado fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado, visado pela entidade profissional competente, acompanhado da Certidão de Acervo Técnico (CAT) da mesma entidade de origem da ART – Anotação de Responsabilidade Técnica ou RRT – Registro de Responsabilidade Técnica para comprovação de que o seu Responsável Técnico executou serviços de complexidade equivalente ou compatível ao objeto dessa licitação;- Comprovante de vínculo do responsável técnico com a empresa, podendo esta ser realizada da seguinte forma: Em se tratando de sócio da empresa, por intermédio da apresentação do contrato social; no caso de empregado, mediante cópia da Carteira de Trabalho e Previdência	



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
MUNICÍPIO DE IMIGRANTE

Social (CTPS); ou mediante certidão emitida pelo CREA, onde conste a inscrição deste profissional como responsável técnico da empresa licitante, ou mediante contrato de prestação de serviços;

- Possuir registro vigente da empresa no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Rio Grande do Sul (CREA/RS)
- Atestado de visita técnica, a ser realizada pelo Responsável Técnico da Empresa;
- Licença de Operação (LO) vigente da usina de asfalto à quente e da instalação da britagem. No caso em que qualquer das instalações de britagem e usina de asfalto não for de propriedade do licitante, deverá ser apresentada declaração de disponibilidade do proprietário para atendimento do objeto licitado, com firma reconhecida em Cartório, cumpridas as determinações deste subitem.

Exigência(s) de Qualificação Econômico-financeira(s)

() Não se aplica

(x) Sim, cfe. detalhado abaixo

- Comprovação de capital mínimo ou patrimônio líquido mínimo a 10% (dez por cento) do valor estimado da contratação, desta forma, perfaz-se o valor de comprovação sendo de R\$ 165.368,062;
- Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica, em prazo não superior a 30 (trinta) dias da data designada para a apresentação do documento.

13 FRACIONAMENTO INDEVIDO DE DESPESAS E CRIMES EM LICITAÇÕES E CONTRATOS

(x) **FOI(RAM) ANALISADA(S)** à(s) divisibilidade(s) de todo(s) o(s) objeto(s) e **CONSTATAMOS QUE NÃO HÁ**, em virtude das transações realizadas pelo Município, contratações que caracterizem **FRACIONAMENTO INDEVIDO DE DESPESAS E/OU CRIMES EM LICITAÇÕES E CONTRATOS** administrativos.

14 CLASSIFICAÇÃO DA INFORMAÇÕES

(x) Pública, cfe. Art. 8º da Lei 12.527/2011	() Reservada, cfe. Inciso III do §1º do Art. 24 da Lei 12.527/2011
() Secreta, cfe. Inciso II do §1º do Art. 24 da Lei 12.527/2011	() Ultrasecreta, cfe. Inciso I do §1º do Art. 24 da Lei 12.527/2011

Imigrante, 11 de fevereiro de 2025

FABIANO ACADROLI

Secretário Municipal de Obras e Mobilidade Urbana
SMOMU